

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CRISE DO CAPITAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA: impactos para o Serviço Social

THE CAPITAL CRISIS AND THE PRECARIZATION OF WORK IN LATIN AMERICA: impacts on Social Work

Anna Raquel Andrade Gonzaga¹
Anderson Nayan Soares De Freitas²
Mikaele De Vêras Matias³
Moema Amélia Serpa Lopes De Souza⁴

RESUMO

O presente artigo discute a precarização do trabalho dos/as assistentes sociais tendo como parâmetro a crise capitalista desencadeada a partir da década de 1970, com repercussões para o acirramento das expressões da questão social. Compreende-se que a referida crise e o conjunto de consequências societárias desencadeadas sobretudo na América Latina e, em especial, no Brasil, compõem as bases do novo cenário posto para a profissão, como o neoconservadorismo e o pensamento pós-moderno, tendo como parâmetro as políticas de cunho ultraneoliberal. Destacamos que as análises apresentadas neste trabalho buscaram incorporar as contribuições do materialismo histórico dialético como método de análise da realidade social.

Palavras-chave: Crise do Capital. América Latina. Precarização do Trabalho. Serviço Social.

¹ Bacharel em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); E-mail: anna.gonzaga@aluno.uepb.edu.br; O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;

² Assistente Social da Universidade Federal do Cariri (UFCA); Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail: anderson.nayan@ufca.edu.br.

³ Bacharel em Serviço Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); E-mail: mikaele.matias@aluno.uepb.edu.br;

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); E-mail: moemaserpa@servidor.uepb.edu.br.

ABSTRACT

This article discusses the precariousness of the work social workers, taking as a parameter the capitalist crisis that began in the 1970s, with repercussions for the intensification of expressions of the social issue. It is understood that the aforementioned crisis and the set of societal consequences triggered mainly in Latin America and, in particular, Brazil, form the basis of the new scenario set for the profession, such as neoconservatism and post-modern thought, having as a parameter ultra neoliberal policies. We highlight that the analyzes presented in this work sought to incorporate the contributions of dialectical historical materialism as a method of analyzing social reality.

Keywords: Capital Crisis. Latin America. Precarious Work. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar a precarização do trabalho para os/as assistentes sociais no contexto latinoamericano diante da crise estrutural do capital eclodida em meados dos anos de 1970. Optamos por utilizar o método de análise do materialismo histórico dialético por compreender que ele possibilita a apreensão do movimento da realidade a partir de aproximações sucessivas ao nosso objeto de estudo.

É sabido diante da larga literatura disponível que a crise estrutural do capital desencadeada a partir do fim dos “anos de ouro” com a desestruturação do Estado de Bem-Estar Social, nos seus mais variados formatos nos países cêtricos, operou mudanças demasiadamente significativas no mundo do trabalho.

A crescente automatização dos processos diante da expansão do toyotismo no ocidente, elimina diversos postos de trabalho desenvolvidos pela força de trabalho humana e potencializa o desemprego em massa em todas as regiões do planeta. Acompanhando esse processo no interior das fábricas, há uma crescente flexibilização das legislações trabalhistas, e com a intensificação da terceirização em diversos ambientes, temos uma hipertrofia dos conflitos entre trabalhadores, dificultando assim o processo de mobilização de massas.

Todo esse conjunto de transfigurações na esfera do trabalho, conformam o que Raichelis e Arregui (2021), dentre outros, apontam como uma nova morfologia do trabalho. A autora aponta que o processo de precarização fruto desse processo não é um infortúnio, como tentam nos convencer diariamente através da televisão, das redes sociais e da disseminação de *fake news* nos mais variados ambientes de comunicação. Pelo contrário, é uma estratégia bem definida do processo de ultraliberalização no centro, bem como na periferia do capital.

O combo flexibilização, terceirização e informalidade do trabalho rege a realidade dos trabalhadores na contemporaneidade principalmente nos países periféricos, como é o caso do continente americano. Raichelis e Arregui (2021) afirmam que o Estado brasileiro, por exemplo, não engendrou um cenário favorável para o desenvolvimento total da força de trabalho e também não desenvolveu uma legislação trabalhista repleta de direitos significativos para a classe trabalhadora. Vale mencionar a importância da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na década de 1940, no entanto, ela não proporcionou nada parecido com a cidadania welferiana.

Essa combinação excluiu uma verdadeira massa de trabalhadores que não conseguiram alcançar postos de trabalhos protegidos e nem as condições mínimas para a reprodução da força de trabalho. O que podemos observar nos dias de hoje é que a precarização do trabalho ganha novas dimensões e configurações preservando a face ainda mais excludente da divisão sociotécnica, sexual e étnico racial do trabalho.

É ainda válido mencionar que desde a década de 1990 observamos uma ofensiva significativa a todos os direitos dos trabalhadores no país passando por diversas contrarreformas nos mais variados governos. A situação se agravou na segunda metade da década passada, mais especificamente no mundo do trabalho no Brasil, com a aprovação da Lei 13.467/2017 que estabeleceu um verdadeiro processo de contrarreforma trabalhista no território brasileiro.

Ademais, este trabalho discutirá nas suas próximas seções a particularidade da crise do capital na América Latina e a conseqüente precarização do trabalho, e mais especificamente a situação do Brasil e dos profissionais de Serviço Social em meio a esse contexto.

2 CAPITALISMO LATINO-AMERICANO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: as particularidades da economia brasileira

A crise capitalista mundial tem sido elementar para compreender as transformações societárias contemporâneas. Em sua busca ilimitada por expansão, o capitalismo vivencia o esgotamento de suas capacidades civilizatórias (Mészáros, 2002), o que tem acarretado, entre outros elementos, a corrosão de diversos setores, dentre eles, o trabalho.

A este respeito, Antunes (2015) compreende que a década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas

formas de inserção, estrutura produtiva e formas de representação sindical e política, cenário este que fez os trabalhadores sofrerem a mais aguda crise do século.

Outra mediação constituída nesse processo, trata-se da compreensão do papel do Estado, que altera o seu direcionamento para as respostas às novas expressões da “questão social”, no contexto em que Mézáros (2002) compreende como crise estrutural. Portanto, tem-se vivenciado uma desconstrução do trabalho sem precedentes em toda a era moderna, ampliando os diversos modos de ser da precarização do trabalho ao passo em que se adentra em uma nova era de precarização estrutural do trabalho em escala global (Antunes, 2015).

Tais mudanças fundamentadas na precarização das normas de regulação do trabalho em curso nas últimas décadas em diferentes países do mundo tem se direcionado aos países periféricos e dependentes, que aderem às políticas neoliberais por meio da reconfiguração do papel do Estado e adesão à agenda permanente de ajuste fiscal. Ao considerar as particularidades dos países da América Latina, este cenário se torna ainda mais complexo, sendo estes marcados pela subordinação à economia mundial e todos os efeitos advindos dessa condição. O avanço do capitalismo na América Latina se deu de forma articulada com o processo histórico de disseminação e consolidação do capitalismo global, subordinado ao capital estrangeiro. É a partir dessa percepção que se compreende a dependência enquanto categoria que desvenda os traços históricos do desenvolvimento econômico dos países da América Latina. Como consequência, as problemáticas de ordem econômica, política, social e cultural que se configuram de acordo com a forma de inserção desses países na divisão internacional do trabalho, tendo em conta a ausência de uma acumulação primitiva.

A respeito da dependência, Lira (2019) expõe que as economias dos países latino-americanas assumem novas formas no processo de expansão do capitalismo no mundo, assim,

[...] conectados à dinâmica dos países centrais, inseridos em um processo de monopolização, centralização e concentração de empresas multinacionais, seu desenvolvimento encontra-se submetido à aplicação de investimentos do capital estrangeiro. A base material do processo de industrialização da América Latina foi essencialmente dada pelo capital estrangeiro, o que irá condicionar suas estruturas econômicas, políticas e sociais como atrasadas e dependentes. [...] Assim, os países de capitalismo central e os países do capitalismo periférico compõem uma unidade histórica, onde o desenvolvimento de uns acarreta o subdesenvolvimento de outros (Lira, 2019, p. 904-905).

Considerar o cenário de dependência somado ao modo como a crise capitalista mundial se configura globalmente, especialmente no pós-guerra, exige uma compreensão sobre as

tendências que os países vão assumindo, a depender do seu lugar na divisão internacional do trabalho.

Neste contexto, os organismos financeiros multilaterais fortalecem sua atuação na perspectiva de apoiar o imperialismo e seus interesses nos países dependentes através de mecanismos como a flexibilização das legislações, que acirram a exploração e precarização do trabalho de modo generalizado para a classe trabalhadora desses países.

A crise de 2008 é um importante marco para compreensão do acirramento da precarização do trabalho, sobretudo na América Latina. Para melhor entender esse movimento, é relevante compreender que este vem contribuindo para a deterioração da legislação que regulamenta as relações de trabalho, colaborando, assim, para o surgimento de uma nova morfologia do trabalho, de modo a repercutir nas esferas das profissões e se expressando, segundo Antunes (2015), na ampliação de contratos temporários e subcontratação, pluriemprego, polivalência, desespecialização, informalidade, entre outros.

Para Carcanholo (2018), o efeito da crise para as economias periféricas dependentes foi de agravar o quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial já dependente e subordinada ao comportamento do centro da acumulação mundial de capital. Com isso, para o autor, a perspectiva hegemônica do mundo é de retomada da estratégia neoliberal, sem colaboração progressista, com propostas de intensos ajustes fiscais e avanço dos programas de privatizações e abertura de mercado.

Esses elementos que possuem dimensão continental devem, ainda, ser particularizados ao analisar a realidade brasileira, tendo em vista que o Brasil vem aderindo à onda de precarização e flexibilização do trabalho de maneira veemente; como agravante, o país possui um mercado de trabalho historicamente precário e informal, configurando traços estruturais do mundo do trabalho no país.

O Brasil se insere nesse quadro de forma própria frente a um mercado de trabalho tradicionalmente precário e com relações e condições de trabalho historicamente desprovidas de direitos por efeito de um Estado negligente em suas funções sociais e flexível aos interesses do capital estrangeiro.

Diante desses elementos, destaca-se, ainda, que a flexibilização atinge o trabalho assalariado não se restringe ao operariado tradicional das indústrias de bens materiais, mas expande para o setor de serviços, que assume, no contexto de reestruturação, um papel estratégico nos processos de distribuição, circulação e consumo de mercadorias, bem como na

reprodução social, a exemplo dos serviços públicos oferecidos pelo Estado.

É nesta nova configuração assumida pelo Estado que se delineia um novo patamar de relações de trabalho no Brasil e com significativas repercussões sobre o mercado de trabalho do/a assistente social, pela inserção expressiva dos profissionais nas instituições que atuam no campo das políticas sociais.

3 SERVIÇO SOCIAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM CONTEXTO DE CRISE CAPITALISTA NO BRASIL

O Serviço Social inserido no já bem demonstrado contexto de precarização estrutural do trabalho sofre diversas consequências da simbiose entre o Estado ultraneoliberal e da reestruturação produtiva. A lógica de desmonte sistemático das políticas sociais operada nas últimas décadas, desencadeou uma profunda desigualdade no mercado de trabalho para os assistentes sociais. Como bem se sabe, o Estado é o principal empregador da categoria e conseqüentemente todas as transformações realizadas no âmbito estatal acarretam impactos significativos para a profissão.

Num contexto de superdimensionamento do discurso do empreendedorismo e do nítido não investimento no serviço público, teto de gastos e desfinanciamento sistemático das políticas sociais, os profissionais acabam buscando alternativas para vender a sua força de trabalho e como bem destaca Gomes (2015) às consultorias externas se tornam uma alternativa real para diversos profissionais que não foram absorvidos pelo principal empregador, o Estado.

Às consultorias externas vem absorvendo cada vez mais força de trabalho dos assistentes sociais e é importante mencionar que elas se apresentam como uma forma de terceirização e precarização do trabalho profissional. Santos e Stampa (2020) afirmam que, na verdade, as consultorias externas disseminadas no seio da categoria profissional desvirtuam o significado real da palavra. Segundo as autoras, por consultoria “entende-se que o termo se refere ao parecer concedido por profissional ou empresa reputada especialista em determinado assunto” (Santos; Stampa, 2020, p. 03). Vejamos o que diz Vasconcelos sobre o tema,

Frequentemente para que uma equipe ou assistente social solicite um processo de consultoria é necessário que já tenha passado, ainda que precariamente, pela elaboração de um projeto de prática, objetivando, com a consultoria, respostas para algumas questões pontuais que dificultam o encaminhamento do mesmo (Vasconcelos, 1998, p. 128).

O assistente social inserido nessa dinâmica está completamente vinculado à prestação de serviços para uma determinada empresa, caracterizando assim uma forma precária de contratação. Gomes (2015) destaca que esse tipo de contratação varia bastante, desde carteira assinada até os modelos mais informais existentes.

Para Gomes (2015), existem dois tipos que se destacam nas consultorias externas com participação dos assistentes sociais, as especialistas em atendimento ao empregado (PAE) e as especialistas em Serviço Social. Na primeira modalidade, os profissionais de serviço social é uma das categorias a contribuir numa assessoria multiprofissional. Dessa forma, a contribuição do/a profissional acaba sendo pontual e com controle de tempo e número determinado de atendimentos.

É importante destacar que todo posto de trabalho que não permite ao Serviço Social uma intervenção levando em conta diversos elementos constituintes da realidade, reitera práticas funcionalistas com receitas de bolo para ajustes dos trabalhadores a um modelo ideal. Tais práticas vão na contramão do projeto profissional defendido pelas entidades representativas da categoria,

Com relação a segunda modalidade de consultoria externa, a especialista em Serviço Social, Santos e Stampa (2020, p. 04) destacam,

[...] Nestas, os programas e projetos são construídos conforme as requisições das empresas, mas não predefinidos totalmente, apresentando certa maleabilidade em sua elaboração [...] Além disso, este modelo não tem a forma de atuação focal nem delimita o número de atendimentos realizados pelas 'assessorias' [...].

Mesmo apresentando características diferentes das consultorias especialistas em atendimento ao empregado (PAE), as duas são compatíveis com os objetivos do mercado, com destaque ao que tange a venda e a compra da força de trabalho. O discurso de modernização diluído nas formas contemporâneas de contratações, velam a profunda precarização operada nestes espaços.

Santos e Stampa (2020) apontam outro modelo precário de contratação que vem ganhando destaque no seio do Serviço Social, a contratação via *pregão*. Elas afirmam que,

[...] Nessa forma de contratação, via de regra, o órgão público (forma de contratação mais difundida em municípios do interior do Estado), divulga por meio de edital a contratação de assistentes sociais. Assim é aberta a *livre concorrência* entre os assistentes sociais no que concerne à venda de sua força de trabalho ocupando as vagas os assistentes sociais que oferecem menor preço pela *oportunidade* de trabalho (SANTOS; STAMPA, 2020, p. 04).

Há uma profusão de contratações nesta modalidade nos *currais eleitorais*, cidades do interior onde agentes políticos perpetuam-se no poder há décadas e acabam controlando as políticas sociais nestes municípios e conseqüentemente quem as opera. O Ceará é um dos estados que executa este modelo de contratação, como aponta Costa (2014, p. 372),

Além disso, outro elemento encorpa essa situação, como a do modelo adotado por alguns municípios cearenses que abrem processo licitatório do tipo menor preço para contratar assistentes sociais. O profissional segue na data e horário previsto para a abertura dos envelopes nos quais estão escritos os preços dados pelos assistentes sociais e é contratado aquele que lança o menor preço da sua força de trabalho. Essa situação foi verificada em publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará que divulgava a licitação em um determinado município.

Dessa forma, percebe-se que o Serviço Social ainda se mantém como uma das profissões mais atacadas pelo capital especulativo. É um dos principais alvos das formas mais precárias de trabalho que são fundamentais para a reprodução ampliada do capital. Existem alguns autores que vêm destacando como este modelo de contratação vem se espalhando e ganhando novos contornos em todo o país, principalmente nas regiões aqui já mencionadas.

Ainda existe a tática já também imensamente difundida de burlar dispositivos legais da profissão precarizando postos de trabalho. Diversas prefeituras “criam” o cargo de analista em Serviço Social para não obedecer a lei das 30 horas, por exemplo. As cooperativas, comuns na política de saúde, também se apresentam como uma das formas mais degradantes de contratação. Para Santos e Stampa (2020, p. 05),

[...] estamos diante de uma lógica de mercantilização das políticas sociais, das relações de trabalho, enfim, da própria vida, que abarca o conjunto dos trabalhadores, inclusive os assistentes sociais. Dessa forma, desvelar os mecanismos ocultos de acumulação do capital que se concentram na expropriação do trabalho e da própria vida dos trabalhadores e, portanto, um imperativo no Serviço Social.

Isto demonstra a necessidade de haver um debate permanente sobre o intenso processo de dismantelamento do trabalho na cena contemporânea, principalmente no Serviço Social, uma profissão ainda tida como subalterna aos olhos da sociedade. Um Serviço

Social crítico requer profissionais com condições de trabalho para dispor de liberdade na execução da profissão. Como exigir de um profissional contratado que recebe ameaças todos os dias de perder o emprego um enfrentamento diante de uma má gestão? É necessário fortalecer cada vez mais a profissão pelas mais variadas formas, mas para isso, precisa-se de condições mínimas de trabalho e só revertendo o atual estágio de acumulação do capital isso é possível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da precarização do trabalho para os/as assistentes sociais no contexto latinoamericano revela um cenário alarmante e multifacetado, diretamente vinculado à crise estrutural do capital e à implementação de políticas ultraneoliberais. Aprofundando-se na análise, observamos que a América Latina, em particular o Brasil, enfrenta uma complexa e desafiadora situação marcada pela subordinação à economia mundial e pela adesão às políticas neoliberais que exacerbam a exploração e a precarização do trabalho. Diante disso, a partir do materialismo histórico-dialético, é possível compreender as transformações no mundo do trabalho e suas implicações para a profissão do Serviço Social.

A crise estrutural do capital desencadeada no fim dos "anos de ouro" levou a profundas transformações no mundo do trabalho, com a expansão do toyotismo e a crescente automatização dos processos produtivos, resultando em desemprego em massa e flexibilização das legislações trabalhistas. Esta conjuntura, conforme destacado por Raichelis e Arregui (2021), configura uma nova morfologia do trabalho, onde a precarização não é um infortúnio, mas uma estratégia do processo de ultraliberalização.

Na América Latina, marcada pela subordinação à economia mundial e pelos efeitos das políticas neoliberais, a precarização do trabalho se intensificou, especialmente após a crise de 2008. Em contexto brasileiro, essa precarização é agravada por um mercado de trabalho historicamente precário e por um Estado negligente, que adota políticas de ajuste fiscal, privatizações e abertura de mercado, fortalecendo a perspectiva neoliberal.

A implementação de medidas de flexibilização, terceirização e informalidade no mercado de trabalho brasileiro resulta em consequências diretas para os/as assistentes sociais. O desinvestimento no serviço público, o teto de gastos e o desfinanciamento

sistemático das políticas sociais têm levado os profissionais a buscarem alternativas precárias de emprego, como as consultorias externas, que têm se expandido significativamente.

As consultorias externas, embora se apresentem como uma oportunidade de emprego, na realidade, representam uma forma de terceirização e precarização do trabalho profissional. A atuação desses profissionais fica limitada e submetida a um controle de tempo e quantidade de atendimentos, refletindo uma desvalorização da profissão e uma precarização das condições de trabalho.

Este artigo buscou compreender e analisar as particularidades da crise do capital na América Latina e, especificamente, a situação dos profissionais de Serviço Social no Brasil. A precarização do trabalho e as transformações no mundo do trabalho têm implicações profundas para a profissão e exigem uma reflexão crítica e ações políticas para enfrentamento dos desafios construindo alternativas que valorizem o trabalho e promovam direitos sociais e trabalhistas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio. et all. (Orgs). **Dimensões da Crise Brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

COSTA, R. G. A práxis do/a assistente social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 366-378, jul./dez. 2014. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2014.2.18644>.

GOMES, M. R. B. Consultoria social nas empresas: entre a inovação e a precarização silenciosa do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 122, p. 357-380, abr./jun. 2015a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.027>. Acesso: 15 abril. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

SANTOS, Flávia Barbosa Pardini dos; STAMPA, Inez Terezinha. Precarização do trabalho do assistente social no Brasil recente: um olhar a partir da produção da pós-graduação. **Textos & Contextos** Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 1-12, jan.-jun. 2020 | e-36597.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social &**

Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 140, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242> . Acesso em: 08 abril. 2024.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. Superexploração da força de trabalho, crise mundial e golpe de Estado no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 22, n. 2, p. 903-922, jan./dez. 2019.

VASCONCELOS, A. M. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. n. 56, São Paulo: Cortez, 1998. p. 114-134.